
EXTRATOS FAMILIARES, GÊNERO E A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO

FAMILY EXTRACTS, GENDER AND SEXUAL DIVISION OF LABOR

Resumo:

A pesquisa teve como objetivo analisar os dizeres das crianças e das professoras acerca das representações de gênero e sexualidade, apresentando reflexões sobre a construção das identidades na infância. O estudo realizou-se em uma escola municipal na cidade de Sarandi-PR, utilizando o jogo Trilhas da Diversidade para as intervenções. Observamos que as construções identitárias sofrem influência de vários fatores, dentre eles, instituições como a família. Em relação à divisão sexual do trabalho, observamos nas falas das crianças e das professoras que ainda há uma discriminação real, persistente, comprovada nos pensamentos, mesmo que nas conversas cotidianas pareça ser algo ultrapassado. As crianças tendem a reproduzir o mundo dos adultos, de acordo com o lugar que devem ocupar, mas sempre de maneira ativa na construção e manutenção das suas identidades de gênero.

Palavras-chave: Identidades. Trabalho. Gênero.

Abstract:

The research aimed to analyze the speech of children and teachers about the representations of gender and sexuality presenting reflections about the construction of identities in childhood. The study took place in a public school in the town of Sarandi-PR, using the game Trails of Diversity for interventions. We noted that identity constructions are influenced by several factors, including institutions such as family. Regarding the sexual division of labor, we observed in the speech of children and teachers, that there is still a real discrimination, persistent, proven in thoughts even if everyday conversations, it seems to be outdated. . Children tend to reproduce the world of adults, according to the place they should occupy, but always so active in the construction and maintenance of their gender identities.

Keywords: Identities. Labor. Gender.

CÁSSIA C. FURLAN

Mestre em Educação – Universidade Estadual de Maringá/PR Brasil
Av. Colombo, 5790, Jd. Universitário, Maringá/PR
e-mail: cassia.furlan@hotmail.com

VERÔNICA R. MÜLLER

Coordenadora do Programa Multidisciplinar de Estudo, Pesquisa e Defesa da Criança e do Adolescente (PCA/UEM)
Universidade Estadual de Maringá/PRBrasil
Av. Colombo, 5790, Jd. Universitário, Maringá/PR
e-mail: veremuller@gmail.com

INTRODUÇÃO

Lançando luz sobre os percursos institucionais das crianças no que concerne à formação das identidades de gênero e sexuais, a pesquisa considerou como sujeitos e objetos de investigação as crianças e as docentes presentes no ambiente escolar. As falas surgiram a partir da aplicação do jogo Trilhas da Diversidade¹ em uma escola municipal da cidade de Sarandi/PR.

Propusemo-nos a relacionar o que as crianças pensam, o que as docentes pensam que as crianças pensam e, o que pensam as docentes do que as crianças pensam². Fizemo-lo destacando o que coincide e não coincide entre crianças e docentes. As intervenções com as crianças foram realizadas dentro do Projeto Brincadeiras³ e, com as professoras, utilizamos a técnica do grupo focal apresentando os dizeres das crianças e observando suas opiniões em um momento específico de formação proposto pela pesquisa. Nesse contexto, consideramos as argumentações a respeito de gênero e a divisão sexual do trabalho.

Dentre os princípios que orientaram a pesquisa estão a importância de se posicionar as crianças como sujeitos falantes e atuantes em investigações (DEMARTINI, 2002) e, além do autor, a intencionalidade de que a mesma tenha uma utilidade prática, a partir de uma realidade concreta.

¹Trilhas da Diversidade foi um jogo de tabuleiro construído pelas autoras, com o fim específico de intervenção e formação, discutindo as temáticas de gênero e sexualidade em diferentes contextos, oferecendo a dinâmica de cartas com perguntas e respostas.

²Destacamos em itálico as falas das crianças e das professoras em itálico, negrito e caixa alta. Quando foram realizadas intervenções pelas educadoras entre as falas, estas foram sublinhadas.

³O Brincadeiras é um projeto do Programa Multidisciplinar de Estudo, Pesquisa e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (PCA), coordenado pela Professora Dr^a. Verônica Regina Müller, desenvolvido atualmente na cidade de Sarandi/PR, visando oferecer a crianças e adolescentes a oportunidade de brincar de forma orientada.

EXTRATOS FAMILIARES E RELAÇÕES DE GÊNERO

As formulações teóricas acerca das teorias feministas e estudos de gênero nesta pesquisa envolvem autoras/es como Navarro-Swain (2000), Lauretis (1994), Louro (2000a e b, 2001, 2007a e b), Rago (2000), Flax (1991), Butler (2003), dentre outras/os. As teóricas feministas têm produzido desafios poderosos à concepção dominante de natureza e filiação política, a normas da razão científica, filosófica e moral, a ideais de espiritualidade, à identidade e fronteiras disciplinares prevalentes, a narrativas históricas estabelecidas, oferecendo uma crítica da cultura geral (BORDO, 2000; RAGO, 2000).

Nesse sentido, como argumenta Lauretis (1994 apud NAVARRO-SWAIN, 2000, s/p.), é preciso entender que o feminismo não apenas expande limites e inclui categorias, mas “representa e traz uma mudança na consciência histórica, na medida em que reconhece e articula o situacional do presente, o político-histórico e o político-pessoal do próprio pensamento para melhor questionar suas evidências, seu instrumental teórico e suas práticas”.

Sobre a Ciência Moderna, Boaventura Sousa de Santos (2002a) fala de uma transição paradigmática. Para ele, a passagem entre paradigmas é semicega e semi-invisível. “Só pode ser percorrida por um pensamento construído, ele próprio, com economia de pilares e habituado a transformar silêncios, sussurros e ressaltos insignificantes em preciosos sinais de orientação. Esse pensamento é a utopia [...]” (SANTOS, 2002a, p. 15).

Não é por acaso que, como afirma o autor, nas duas últimas décadas, a sociologia feminista produziu a melhor teoria crítica, pois reconhece as múltiplas faces da dominação e da opressão e como foram negligenciadas, como é o caso da dominação patriarcal. Portanto, sendo múltiplas as faces da dominação, são múltiplas as resistências e os agentes que as protagonizam (SANTOS, 2002a). Nesse sentido, precisamos investigar barreiras tanto sociais quanto filosóficas para a compreensão das relações de gênero (FLAX, 1991).

Um aspecto que ganhou destaque nas discussões foram as obrigações de casa, como as tarefas domésticas para meninos e meninas. Uma das

proposições no jogo *Trilhas* era: Em uma família: a) Só as mulheres lavam roupa, porque isso é trabalho de mulher; b) Tanto homens quanto mulheres podem ajudar a lavar roupas, porque quem suja tem que saber limpar; c) Homens não precisam lavar roupa, pois isso não é uma função masculina.

As crianças disseram: Eloisa: “[...] *se ele suja ele tem que saber lavar*”; Valdir: “Não é só muié que tem que sabê limpá a casa, todo mundo tem que limpá a casa”; e Giovani: “*Principalmente eu, eu limpo minha casa*”⁴. Nessas falas, percebemos que as crianças conseguem superar uma visão sexista em relação às tarefas domésticas, visualizando o seu papel dentro do ambiente doméstico. Agrega significação a isso o fato de que duas das crianças são meninos. Entretanto, nos relatórios apresentados pelas diversas educadoras do projeto, visualizamos outro aspecto dessa relação: “Giovani falou que na sua casa lava louça, porém nas respostas ele afirmou que existem coisas para homens e mulheres” (Relatório, 2011).

Outro relatório apontou uma das crianças afirmando: “*Giovana – meu pai não ajuda em casa*”; “*Paulo respondeu: - Meninas devem ajudar em casa e meninos brincar, porque limpar a casa é coisa de mulher*” (Relatório, 2011).

Uma educadora do Projeto Brincadeiras – que realizou as intervenções junto às crianças – afirmou ter presenciado,

[...] dois questionamentos sobre a ajuda nos serviços de casa. Todos disseram prontamente que todo mundo na casa deve ajudar na limpeza de casa, independente de ser menino ou menina. Contudo [...] apesar de ver que eles pensavam assim, sei que na casa da Kauany e do Diego as meninas fazem o serviço de casa, mas nunca fiquei sabendo dos meninos fazerem algo (Relatório, 2011).

E, ainda sobre isso, outro relatório expõe: “em várias das cartas que apareceu a divisão de tarefas

entre homens e mulheres, ele [Valdir] bem rapidamente dizia que não, que homens e mulheres deveriam dividir as tarefas, pois quem suja deve saber limpar, e cuidar da casa e dos filhos é função dos dois” (Relatório, 2011).

Para uma das educadoras: “no que consiste às questões ‘serviço de casa’, [...] as respostas dadas são de consenso em que todos devem ajudar nos serviços de casa independente de ser menino e menina, porém, o Diego e o Vitor não disseram que ajudam nos serviços de casa” (Relatório, 2011).

Outras crianças ainda disseram, segundo os relatórios, que:

Sendo menino, para Samuel, ele não precisa ajudar nos serviços de casa, “*lá em casa meu pai e eu não ajudamos, é minha mãe que faz as coisas*”. Sobre a organização da casa, para a maioria das crianças é preciso que todos ajudem, pois todos moram na casa. Porém para dois meninos (Samuel e João) isso não acontece em suas casas, e eles acham que não devem ajudar, pois não sabem fazer coisas de mulher: “*Ah, homem não tem que lavar roupa, a gente não sabe lavar*” (Samuel); ou “*Lá em casa de vez em quando meu pai ajuda, mas os homens trabalham fora, as mulheres têm que cuidar da casa*”. Questionei a ele se as mulheres trabalhassem fora também, como então deveria ser feito e João respondeu: “*ah, daí... ah, meu pai ajuda de vez em quando...*” (Relatório, 2011).

⁴Para melhor visualização, destacamos em itálico as falas das crianças e das professoras e em itálico e sublinhadas as intervenções que foram realizadas pelas educadoras entre as falas. Os relatórios escritos estão postos no texto sem destaque, apenas com aspas quando couberem à norma padrão, e em itálico somente quando as/os educadoras/es trouxeram falas na íntegra.

Nessa última fala de João, ficou subentendido que sua mãe trabalha fora, pelo modo como ele tende a desconversar e dizer que seu pai às vezes ajuda em casa. E, em relação ao cuidado e educação dos/as filhos/as nos momentos de lazer, também ficou bastante explícita a divisão de tarefas: “Eloisa: *porque todo mundo tem que ajudar, não é só os homi que pode ficar bebendo cerveja e jogando baralho. E na casa de vocês, todo mundo ajuda todo mundo?* Eloisa: *aham. [...] Seu pai não ajuda?* Giovana: *não. Só as mulheres que fazem as coisas na sua casa?* Giovana: *Ah, eu tem que fazer serviço”*.

Nesse ponto de discussão, podemos verificar que ainda são muito divergentes os pensamentos em relação à divisão de tarefas dentro de casa. Para a maioria das crianças com quem conversamos, ainda é explícita a noção de que as funções domésticas normalmente sejam delegadas às mulheres, visto que esse é um serviço que, historicamente, sempre foi realizado por elas. Porém, em algumas famílias, as percepções tendem a modificar esse viés sexista ou, pelo menos, com base no que apresentaram, as crianças já reconhecem a manutenção de padrões, demonstrando saber o politicamente correto. Sobre isso, algumas educadoras registraram em diversos relatórios: “[...] Discutíamos ao encerrar as atividades desse sábado, o quanto as crianças poderiam responder aos questionamentos propostos nos cartões do jogo, segundo uma forma ‘politicamente correta’”. E outro: “[...] principalmente no caso das crianças maiores (10 a 12 anos), elas sabem o politicamente correto, não *erraram*⁵ nenhuma resposta, apesar de em alguns casos, demonstrarem certo desconforto com algumas respostas politicamente corretas” (Relatório, 2011, grifos nossos).

Mesmo sabendo o politicamente correto, percebemos como ainda são seguidas algumas padronizações e normatizações construídas culturalmente. Entretanto, Barbosa (2007) afirma que apesar de a cultura para a infância estar impregnada de uma grande diferenciação entre os gêneros, podem

⁵O termo errar, inserido nesse contexto, se refere ao fato de que nas cartas do jogo, segundo suas regras, há uma resposta esperada (que desconstrói alguns valores) e duas respostas erradas, considerando-se o fato de perpetuarem pensamentos sexistas e homofóbicos.

coexistir distintas e divergentes representações de gênero nos vários discursos com que têm contato. Percebemos o fato nas falas de algumas crianças quanto à divisão de tarefas, demonstrando um questionamento a certos valores.

Quanto ao mesmo tema, quando perguntamos às professoras o que imaginavam que seriam respostas das crianças, afirmaram:

BEGÔNIA: eu acho que a letra c, acho que isso tá muito forte ainda. Por quê?
BEGÔNIA: homens não precisam lavar roupa, porque não é uma função masculina. Eu acho que...
HORTÊNSIA: as crianças responderam isso?
ROSA: as crianças responderam letra b.
BEGÔNIA: ah, eu acho que não. Ou A ou C. Eu vejo, porque na minha casa, na minha família é assim. Ou A ou C, também é uma questão de família né.
AZALÉIA: E nós não concordamos, porque quem suja tem que saber limpar, não é só por isso. Porque se os dois trabalham, e a mulher tá fazendo uma coisa, o que que custa o homem colocar roupa na máquina pra lavar, e pôr no varal. Essa é a nossa opinião, homens e mulheres podem fazer. Só que a criança não, a criança ia responder C.
ROSA: A Tulipa falou que se fosse no prézinho, eles iam responder a A.
HORTÊNSIA: eles só veem a mulher lavar roupa, então, eles acham que tá tudo bem...
AZALÉIA: Ahh, primeiro ano também.

Observando as diversas falas das professoras, podemos destacar que a maioria delas supõe na

resposta das crianças a definição das mulheres como responsáveis por funções domésticas, visto que até mesmo nas suas famílias isso ainda acontece, mesmo elas sabendo não ser uma obrigação exclusivamente feminina. Observe-se, entretanto, que as respostas das professoras divergiram, em alguns momentos, ao pensamento das crianças.

Em relação ao pensamento da maioria das crianças, quanto à divisão igualitária de tarefas domésticas, mesmo que na prática não o fizessem, as professoras afirmaram: “**BEGÔNIA**: *nossa, me surpreendeu...* (‘cara’ de espanto)”. **VIOLETA** e **BEGÔNIA** com ‘cara’ de espanto e concordando... **TULIPA**: “*é que depende da faixa etária né, se for criança menor...*”. As professoras acreditavam que a posição geral seria em relação à obrigatoriedade das mulheres assumirem as tarefas domésticas. Apesar disso, entramos novamente na discussão do politicamente correto, e um ponto levantado pelas professoras foi: **VIOLETA**: “*o que você deseja como resposta né...*” [...] **AZALÉIA**: “*ai você vai questionar né...*”; **BEGÔNIA**: “*ah, eles pensam assim, mas de fato..[será que na prática é assim]*”.

As professoras mencionaram a visão de alguns homens quando se deparam com uma realidade mais igualitária, e podemos supor que provavelmente seja o que é transmitido para muitas crianças que convivem em famílias sexistas e machistas⁶.

GLORIOSA: *mas aí quando o homem ajuda muito, aí os homens falam, fica manso, esse aí obedece a mulher. Né, eu vejo assim... meu cunhado, ele é muito carinhoso, muito querido. E, quando ele se casou, aí meu marido falava assim: ai Fábio cê é manso. Fica obedecendo tua esposa viu. Aí, cê vai levar um chifre. Para de mexer com o Fábio, eu sempre defendi ele. Mas, infelizmente o casamento*

*acabou, levou um chifre né. Aí meu marido falou: falei, falei... não... eu falei... **BEGÔNIA**: fala assim... não vai beber não, a dona onça não deixa. **GLORIOSA**: é então, aí ele se casou de novo sabe, agora tá tudo bem. Aí, meu marido fala assim: Vai Fábio, Dominado. Falo assim: não fala assim com o Fábio. Não, assim, a mulher não dirige, mulher mole, não tirou carteira. Calma, que ela vai dirigir. Chama o coitadinho de Dominado. Sabe, ele chega assim: ooooo Dominado, Dominado. E pegou menina, o apelido dele, Dominado, que os parentes tudo fica, chegou o Dominado, chegou o Dominado. E ele é diferente, é um cara carinhoso, querido... mais calmo né. Não bebe, só se ele tiver pertinho, os dois junto. É sempre juntinho. E agora o apelido dele é Dominado. Porque eles querem se sentir machão, eu faço, eu faço e acontece. Eu tenho dó.*

Observamos que é recorrente a visão da divisão sexual das tarefas e da perpetuação de valores machistas quanto à postura do homem em detrimento da mulher. Encontramos valores ainda presentes no nosso cotidiano que nos remetem ao século XVIII, como afirma Perrot (1991).

Para a autora, a Revolução Francesa modificou algumas estruturas postas na sociedade, possibilitando alguns poucos direitos às mulheres, como é o caso do reconhecimento do divórcio. Entretanto, ela acentuou a definição das esferas pública e privada, dando ênfase à família e diferenciando os papéis sexuais, estabelecendo uma oposição entre homens políticos e mulheres domésticas, embasando-se em uma estrutura patriarcal de sociedade.

⁶Em muitos casos utilizamos esses termos em conjunto para representar uma sociedade que, além de pautar suas relações, por vezes, baseadas na diferenciação sexual, ainda há um pensamento de superioridade masculina, em alguns âmbitos.

As mulheres estavam associadas ao espaço privado, tornando-se um símbolo de fragilidade que deveria ser protegido do mundo exterior (o público), devido à sua fragilidade biológica. A grandeza da esposa, para a sociedade, residia na submissão ao pai ou ao homem que lhe fosse mais próximo.

Na atualidade, valores regulados e vigiados dentro da família ainda são passados às gerações mais novas. Como relatado pelas educadoras do Brincadeiras, em vários casos apareceram menções às crianças que ficavam em casa no horário do Projeto Brincadeiras (as/os educadoras/es passam entre as ruas do bairro, buscando/convidando as crianças para participarem), pois precisavam terminar seus afazeres domésticos, como fica explícito em um Relatório (2011): “A Giovana sempre nega subir comigo para a escola, e sempre diz que tem que lavar a louça antes de ir”. E, como percebemos, sempre eram as meninas que ficavam realizando esses afazeres. Os meninos normalmente já estavam na rua brincando, ou à espera das educadoras já na escola.

Na variedade de modelos familiares existentes hoje, ainda há a persistência de modelos patriarcais ou imagens de uma família nuclear – patri-androcêntrica – mesmo que atualmente existam famílias monoparentais, famílias homossexuais, formas de parentalidade como adoção, as chamadas produções independentes, entre outras tantas que constituem os novos arranjos familiares na contemporaneidade (XAVIER; GOMES, 2011; ZANARDO; VALENTE, 2009; SIMIONATO; OLIVEIRA, 2003; SILVA, 2008).

Segundo alguns/as autores/as (ROUDINESCO, 2003; STRAUSS, 1980; HINTZ, 2001; PERROT, 1991), a instituição familiar tem passado por várias modificações ao longo da história. É possível conceber a existência de uma sociedade perfeitamente estável e duradoura sem a família conjugal, segundo Strauss (1980).

Sabemos que a família sempre existiu, segundo os estudos historiográficos (PERROT, 1991; ROUDINESCO, 2003; STRAUSS, 1980), mas se constituindo de diferentes contornos. Não existe uma definição geral de família, pois o que há, na verdade, são tipos históricos de família construídos socialmente. Dessa forma, como afirmam Xavier e Gomes (2011), tomar o comportamento familiar ocidental como modelo representa simplificar a

evidente riqueza da realidade brasileira, em que coexistiram (e ainda coexistem) grupos de variadas origens étnicas, por exemplo, ou então variadas identidades de gênero e sexuais, classe, dentre outros fatores relevantes ao estudo não excludente da família.

Roudinesco (2003, p. 12) realiza uma síntese de estudos realizados, distinguindo três períodos na evolução da família:

Numa primeira fase, a família dita “tradicional” serve acima de tudo para assegurar a transmissão de um patrimônio. Os casamentos são então arranjados entre os pais sem que a vida sexual e afetiva dos futuros esposos, em geral unidos em idade precoce, seja levada em conta. Nessa ótica, a célula familiar repousa em uma ordem do mundo imutável e inteiramente submetida a uma autoridade patriarcal, verdadeira transposição da monarquia de direito divino. Numa segunda fase, a família dita “moderna” torna-se o receptáculo de uma lógica afetiva cujo modelo se impõe entre o final do século XVIII e meados do XX. Fundada no amor romântico, ela sanciona a reciprocidade dos sentimentos e os desejos carnis por intermédio do casamento. Mas valoriza também a divisão do trabalho entre os esposos, fazendo-a ao mesmo tempo do filho um sujeito cuja educação sua nação é encarregada de assegurar. A atribuição da autoridade torna-se então motivo de uma divisão incessante entre o Estado e os pais, de um lado, e entre os pais e as mães, de outro. Finalmente, a partir dos

anos 1960, impõe-se a família dita “contemporânea” — ou “pós-moderna” —, que une, ao longo de uma duração relativa, dois indivíduos em busca de relações íntimas ou realização sexual. A transmissão da autoridade vai se tornando então cada vez mais problemática à medida que divórcios, separações e recomposições conjugais aumentam.

Devemos, de tal modo, considerar variadas formas de constituição familiar que já não mais se ajustam fielmente a uma estrutura patriarcal e machista. Na sociedade contemporânea, com a luta dos movimentos feministas e a emancipação feminina, algumas mulheres não permanecem mais se sujeitando à submissão que notamos ser uma característica dos séculos XVIII e XIX, com raras exceções. Entretanto, não podemos generalizar o fato de que essas estruturas não se perpetuam em pleno século XXI, pois na pesquisa de campo e na consulta da literatura verificamos que são fundamentais as mudanças ocorridas neste século, mas também e, sobretudo, que ocorre a manutenção de alguns paradigmas.

No Brasil, como apontam Xavier e Gomes (2011, p. 6), mesmo com o predomínio de uma cultura machista historicamente construída, muita coisa tem mudado. “A conquista de direitos civis sociais e políticos garantidos na Constituição Federal e em outros dispositivos legais tem possibilitado às mulheres diversas e amplas participações em todos os campos da vida política, econômica, social e cultural”.

Contudo, como observam ao longo de seu texto, as mudanças nos padrões domésticos atingem, sobretudo, as mulheres e famílias de classes média e alta, pois no âmbito familiar ruralístico ou no seio das famílias pobres de baixa escolaridade, o modelo com papéis hierarquicamente definidos ainda é prevalente (XAVIER; GOMES, 2011). Situando a nossa pesquisa, percebemos no bairro pesquisado grande parte das famílias com os papéis de gênero e funções domésticas ainda bem definidos.

Acredita-se que mesmo as mulheres tendo conquistado seu espaço de trabalho, ainda perdura dentro da questão cultural que a mulher é responsável pelos afazeres de casa, dada às tarefas domésticas. A divisão social do trabalho, sobretudo nos países (ocidentais) subdesenvolvidos e que tiveram suas democracias retardatárias, por conta das diversas colonizações, continua apresentando traços profundos de desigualdades. Muitas vezes, mesmo trabalhando longas horas fora de casa, em variadas atividades, as mulheres, seguindo culturalmente as normas ‘sociais’ e, obedecendo aos padrões tradicionais são vistas como as únicas responsáveis pela execução das tarefas domésticas para a família, sobretudo no âmbito rural (XAVIER; GOMES, 2011, p. 8-9).

É interessante observar que a construção dessas relações de desigualdade se faz culturalmente e, em cada contexto, de diferentes formas. Quando vemos as crianças do bairro estudado comparando dos mesmos pensamentos passados pelos adultos, conseguimos visualizar a grande influência exercida por estes na vida e na construção identitária das crianças. Desde pequenas – naquele bairro, e podemos afirmar que não é uma realidade única da região – reproduzem os papéis com os quais estão cotidianamente se deparando em suas realidades. Não podemos, contudo, afirmar que as mesmas não observam mudanças de pensamentos com relação ao que é transmitido a elas.

Há a perspectiva de subversão dessas possibilidades. No entanto, é preciso que se abram as portas para novas experiências, pois, para Petrini et al. (2012, p. 2), a instituição familiar participa dos dinamismos próprios das relações sociais e sofre

influências do contexto político, econômico e cultural no qual está imersa. “A perda da validade de valores e modelos da tradição e a incerteza a respeito das novas propostas que se apresentam, desafiam a família a conviver com certa fluidez e abrem um leque de possibilidades que valorizam a criatividade numa dinâmica do tipo tentativa de acerto/erro”.

Muitos fatores externos à família entram em jogo para redefinir os valores e modelos de comportamento. Influência significativa é exercida pela escola e por outras instituições formativas, como associações e comunidades religiosas, que podem introduzir no diálogo familiar elementos de discussão e até de conflito.

A cultura produzida para a infância é altamente coerente com a tradição histórica de diferenciação entre os gêneros, veiculando discursos que podem produzir efeitos de verdade. Certas noções e construções padronizadas das identidades seguem marcas físicas-biológicas – que seriam culturalmente irrelevantes se não tivéssemos extraído uma série de supostas essências e verdades sobre as identidades sociais das pessoas e seus corpos sexuados. Assim, a diferenciação entre os gêneros pressupõe a definição do que são as características que formam a identidade do masculino e do feminino (TORRÃO FILHO, 2005; BARBOSA 2007).

Do corpo acabado de nascer, desde o minuto zero de existência exterior e a partir da evidência de ‘marcas’ biológicas, deve ser-se aquilo que se é... rapaz ou rapariga. Dessa entidade biológica que é o corpo deduzem-se identidades, inscrevem-se significados culturais. A infância é um dos períodos mais intensos, onde este trabalho de construção social da diferença entre os corpos se realiza. É precisamente a partir desse corpo, desses dois corpos entendidos como opostos, que a primeira grande divisão entre os seres humanos se dá (BARBOSA, 2007, p. 61).

É por esse motivo que meninos e meninas incorporam muitos gestos, posturas, falas e disposições que se encaixam ao corpo que possuem, em consonância com aquilo que é socialmente entendido como naturalmente adequado, por exemplo, considerando-se no caso das meninas, o corpo circunscrito a espaços fechados e à reprodução da vida familiar e doméstica. Dessa forma, não apenas as mulheres vão aprendendo a serem submissas, mas também os homens são vigiados na manutenção de sua masculinidade.

Este discurso não só cria uma essência do que é ser homem e mulher, uma identidade à qual mulheres e homens não são convidados a interferir, mas mantém intactos todos os preconceitos que diz eliminar. Assim, mulheres não devem ser homens porque elas não têm capacidade para isso, porque isso vai contra sua natureza, como dizia Sêneca, uma mulher que se faz passar por homem é um “mundo às avessas”. E o homem não deve se rebaixar à condição de uma mulher, por isso ele não deve se preocupar em chorar ou demonstrar seus afetos, pois isto faz parte de seu lado feminino que pode ser expresso, porque é apenas um lado, não uma totalidade, e porque não coloca em risco sua heterossexualidade (TORRÃO FILHO, 2005, p. 141).

Assim, os atributos considerados femininos são positivos se encontrados em mulheres, mas desqualificam os homens, o mesmo se dando com a masculinidade em relação às mulheres. Nesse caso, esses estereótipos de gênero são insistentemente produzidos e reproduzidos, visando garantir masculinidades e feminilidades saudáveis, e quem se desvia dessa norma, como no caso do exemplo dado pela professora, vai contra atributos da natureza de cada gênero.

Louro (2000^a, p. 7) afirma que as diversas formas de construir-se mulher ou homem, as muitas possibilidades de viver prazeres e desejos corporais, são sempre sugeridas, anunciadas e promovidas socialmente, e também renovadamente reguladas, condenadas ou negadas. Na proposição: “Nas famílias: a) só as mulheres devem pagar as despesas de casa; b) homens e mulheres devem contribuir para pagar as despesas; ou c) só homens devem pagar as contas”, uma menina de cinco anos disse: “Luana: “Não, só os homis. Por quê? Porque sim. Porque homem é muito forte, é muito legal os homis”. A Joana protestou: “Nada a ver”. E, apresentando o diálogo entre a educadora e a criança, sobre a mesma pergunta: “Só o pai tem direito de pagar as contas? Luana: [...] movimentou a cabeça em sinal afirmativo. E a mãe, não tem direito? Luana: O pai. Ou os dois juntos quem têm direito de pagar as contas? Luana: Os dois”.

Na pergunta: seu vizinho concordou que a mulher dele trabalhasse fora, desde que ela passasse a ele seu salário. Um dos meninos que estava brincando disse que acha que são os homens que devem pagar as contas de casa, e que concordava em a mulher passar o seu salário. Logo na sequência uma das meninas questionou, dizendo que se ela trabalhava, tinha o direito de administrar o seu salário, e não era justo passar para o marido, e que ela tinha o direito de trabalhar fora (Relatório, 2011).

Para algumas crianças, a figura do homem permanece como sendo responsável pela casa e quem manda naquele lugar, mesmo no ambiente doméstico, dito um lugar cuja presença e domínio se referem ao feminino. As crianças ainda acreditam que há uma responsabilidade paterna quando se trata de administrar os ganhos familiares, remetendo ao paradigma que perdurou por muito tempo de que as mulheres não poderiam administrar seus próprios bens.

Em outra proposição que dizia respeito à questão, os registros foram os seguintes: “Imagine que na casa de Joãozinho sua mãe está assumindo as despesas da casa sozinha. A Maria disse que ela pode assumir, desde que o pai também procure emprego, pois se ele não quiser procurar emprego, que não é obrigação da mãe assumir sozinha, e sim dos dois” (Relatório, 2011).

Outra alternativa de resposta da carta de jogo afirmava que se o pai não quisesse, não precisava procurar emprego, já que a mãe estava arcando com as despesas da casa. Porém, Maria não pensou duas vezes, sendo categórica na sua resposta. Para ela, o pai também deve participar e contribuir no lar. Mas, talvez, se fosse o contrário (caso tivéssemos questionado), ainda não causaria espanto nas crianças, pois é comum verificar as mulheres assumindo os trabalhos exclusivamente domésticos, sem realizar outros trabalhos fora de casa. Em relação ao homem, isso é menos admissível.

Os pensamentos das professoras em relação ao que esperavam como respostas das crianças mostram a percepção de uma crescente igualdade de gênero nas relações familiares. Sobre a primeira pergunta, se quem deve pagar as contas são as mulheres, homens e mulheres ou só os homens, elas responderam:

GARDÊNIA: Essa daí eu acho que foi na B. É, porque...
BEGÔNIA: é porque às vezes as mães trabalham, hoje em dia...
AZALÉIA: eu acho que é B.
HORTÊNSIA: eles têm o exemplo de casa, a mãe e o pai trabalha.
MARGARIDA: mas eu acho que se fosse as crianças aqui da região, eu acho que eles iam falar a C. São as crianças aqui do bairro.
MARGARIDA: as mães não trabalham aqui, poucas trabalham...
AZALÉIA: é, há muito assim, casais separados, muitas crianças...
HORTÊNSIA: é, assim, aqui tem muito isso também.

Conforme as professoras, para as crianças talvez já estivesse claro que homens e mulheres devem colaborar igualmente para a manutenção da casa. Todavia, ao final do diálogo elas expõem que talvez para aquela população isso não estivesse tão claro, visto que em muitas casas as mulheres não trabalham fora, somente em casa. Nesse sentido, algumas respostas das professoras coincidem com o pensamento das crianças.

Elas refletiram sobre essa realidade, argumentando sobre a classe social e as questões de gênero.

HORTÊNSIA: *Mas, não depende do local em que estejam inseridas? Porque onde minha filha fica, a maioria das mães trabalham, então lá, eles vão falar: o pai pode até dar o dinheiro pra mãe, mas quem paga a conta é a mãe, mesmo que seja com o dinheiro do homem. Então, já tá sendo o oposto já né.*

AZALÉIA: *Ela já tá se formando que o homem é o varão (todas concordam, rindo)... é, é, é o maioral... o homem é muito forte... quer dizer, a mulher não é forte também... já tá formada pra ser submissa ao homem...* **ROSA:** *vai ver que a mãezinha dela é assim né, o pai dela trabalha e coloca o dinheiro em casa e a mãe dela levanta 9 horas e fica assistindo novela das duas, das três, das quatro... todas as novelas...*

As docentes observam que em outros locais poderia haver até uma mudança de foco, em que as mulheres assumam as responsabilidades financeiras da casa, e isso pode ser observado em muitas pesquisas (BRUSCHINI, 2006, 2007; MADALOZZO et al., 2008; FISCHER; MARQUES, 2001; PINELLI, 2004; ARAÚJO et al., 2011) que afirmam ter havido uma mudança na sociedade atual, visto que as mulheres têm sido responsáveis, em muitos lares, pelo sustento da família, pois elevaram

seu nível de escolaridade e representam grande parte da População Economicamente Ativa (PEA). Portanto, em muitas famílias há a diminuição das diferenças de gênero, mas ainda prevalecem em tantas outras as desigualdades. Um ponto com o qual todas as professoras concordam é a percepção de que a criança já está sendo formada para acreditar no dever de submissão da mulher ao homem, pois este é mais forte, é o varão. Então, uma das professoras fez um comentário em relação à mulher que fica em casa, sugerindo ser ela alguém com tempo para ficar em frente à televisão horas e horas, alienada. Consideramos mais esse ponto em nossa pesquisa.

Levi Strauss (1980, p. 12) faz referência ao cuidado que precisamos ter quando nos deparamos com a maneira segundo a qual as diferentes tarefas são atribuídas a um ou outro gênero, pois são fatores culturais:

[...] dir-se-ia a mesma artificialidade que reina na própria organização da família. [...] Se voltarmos à divisão do trabalho que antes estávamos a considerar e na qual se afirma que um dos sexos deve realizar certas tarefas, isto significa também que estas estão proibidas ao sexo oposto. Nesta medida, a divisão sexual do trabalho não é mais do que um dispositivo para instituir um estado recíproco de dependência entre os sexos.

Dessa forma, no que se refere à distribuição mais igualitária das tarefas cotidianas na esfera doméstica entre homens e mulheres, há uma série de contradições, pois mesmo que os homens aumentem sua participação nas atividades domésticas fortemente associadas às mulheres, como é o caso do cuidado dos filhos, a importância dada a esse trabalho é ínfima. Na estrutura patriarcal e machista que compõe o pensamento de grande parte da população, para os homens, o trabalho doméstico consiste em uma atividade acessória, enquanto para as mulheres, essas tarefas assumidas no lar e fora dele são centrais e organizadoras da identidade feminina. Pesquisas (BRUSCHINI, 2007; GRAF

et. al., 2010; ARAÚJO et. al., 2011; FURLAN et. al., 2011) afirmam que as mulheres tomam muito mais tempo de suas vidas nos trabalhos domésticos, nas responsabilidades domésticas e socializadoras, como o cuidado com crianças, idosos/as, animais não-humanos, se comparadas aos homens. E, quando estes se envolvem nas tarefas domésticas, é de maneira bastante seletiva, apenas em atividades específicas – como manutenção ou consertos –, de maneira eventual e a título de ajuda ou cooperação, como podemos observar em dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE, 2012). Os dados da pesquisa mostram que as obrigações da casa (tarefas domésticas) são assumidas quase que exclusivamente pelas mulheres, evidenciando que, considerar a mulher do lar como aquela que passa o dia inteiro em frente à televisão, assistindo a novelas e perdendo tempo, como a professora havia desconfiado, pode configurar generalização ou simples reprodução do senso comum, pois apesar de não participar do mercado de trabalho propriamente dito, essa mulher trabalha – sem remuneração – dentro de sua casa o tempo todo.

Romper a associação do feminino com o doméstico não é tarefa fácil, pois supõe desmontar pressupostos morais, crenças e valores estabelecidos por uma sociedade sobre as diferenças entre homens e mulheres. A grande questão que se coloca não é o fato de que haja diferenciação de papéis. O problema é a desvalorização de certas funções em detrimento de outras. O trabalho doméstico, por exemplo, não é contabilizado como atividade econômica, sendo negativamente valorado em seu cotidiano, passando a fazer parte da vida das esposas, donas de casa e mães (BRUSCHINI, 2006). Há falta de liberdade para as pessoas fazerem suas escolhas, pois se as mulheres ou os homens querem assumir determinadas funções ou transgredir normas, isso deveria estar ligado à liberdade de escolha, e não dependente de normatizações ou condicionado por elas.

Considerando-se o as docentes citaram em suas reflexões acerca do pensamento das crianças, como afirma Barbosa (2007, p. 71), um aspecto que não pode ser deixado de lado é essa questão da classe social, em decorrência da qual os papéis a serem

desempenhados, embora pareçam semelhantes, não o são. “Os modelos organizativos, as relações de gênero, a divisão do trabalho, assumem um carácter diferente, consoante a ordem na hierarquia social, porque muito embora, pelos efeitos de gênero, as mulheres sejam sujeitas à dominação masculina, podem-se distanciar entre si pelos efeitos de classe”.

A pertença a uma classe depende da articulação de diversos fatores e dos recursos herdados (econômicos, sociais, políticos e culturais). Barbosa (2007) aponta que classe e gênero têm um sobre o outro efeito aditivo.

Graf et. al. (2010) realizaram um estudo e observaram que poucas alternativas de emprego são oferecidas às mulheres com baixa qualificação e escolaridade, tanto no âmbito urbano quanto rural. E a maior parcela dos trabalhos femininos, segundo as autoras, ocorre de forma segmentada e em posições subalternas e mal remuneradas, independente da escolaridade.

Esse fato pode ser observado nas experiências do bairro em que realizamos a pesquisa. Muitas mulheres acabam assumindo as funções domésticas e de cuidado dos/as filhos/as, visto que há uma exclusão social, quando direcionadas para o mercado de trabalho, devido à falta de escolaridade e de profissionalização. Em vista das muitas responsabilidades delegadas às mulheres no ambiente doméstico, em razão, principalmente nas classes menos favorecidas, da persistência do forte vínculo entre mulher, cuidado do lar e maternidade, em detrimento do estudo e da profissionalização, elas acabam se restringindo ao cuidado do lar.

Há que se rever a continuidade de modelos familiares tradicionais, pois estes sobrecarregam as mulheres sozinhas, em virtude do tempo consumido no cuidado de filhos/as e da casa. Bruschini (2007) afirma que dentre as transformações que tiveram grande impacto sobre o aumento do trabalho feminino estão: queda da fecundidade, redução do tamanho das famílias, maior expectativa de vida para as mulheres, crescimento dos arranjos familiares chefiados por mulheres. Além dessas transformações, mudanças nos padrões culturais e nos relativos ao

papel social da mulher alteraram a identidade feminina, cada vez mais voltada para o trabalho remunerado.

Ao pensar as (des)igualdades de gênero na esfera da família, uma primeira questão que sempre se coloca é como se explica a manutenção da hierarquia de gênero, uma vez que houve transformações sócioeconômicas tão importantes em suas bases. Ou seja, como o sistema de vantagens de homens sobre as mulheres em condições materiais, status e autoridade, isto é, na hierarquia e discriminação de gênero, tem continuado de uma forma ou de outra em um contexto de profundas mudanças estruturais e de um movimento de produção que acelerou a participação da mulher na força de trabalho extra doméstico (GOLDANI, 2000, p. 7).

Quanto ao trabalho extradoméstico e à função de provimento da casa, para algumas crianças da pesquisa ainda prevalece a noção de que o homem é o chefe da casa, reproduzindo uma visão patri-androcêntrica. Mesmo que as mulheres trabalhem fora, há certa restrição quanto a assumir a chefia da família, o que se explicita na fala de algumas crianças ao divergirem de outras. Ao imaginarem que a resposta das crianças suporia uma divisão de obrigações entre homem e mulher, as professoras afirmam que essa pode ser uma realidade, mas que, pensando-se na situação das crianças do bairro, talvez elas ainda perpetuem a visão de papéis fixos nas relações familiares. Assim, as professoras demonstram perceber algumas diferenças quando se pensa nas crianças e suas realidades naquele contexto, por vezes em situação de pobreza, e em outros contextos, remetendo às discussões de Barbosa (2007) e Ramos et. al. (2011) sobre as diferenças nas relações de gênero e classe social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer da pesquisa, um diálogo se estabeleceu entre as pesquisadoras, as crianças e as professoras, agregando reflexões e conhecimentos. Esse caminho foi estimulado por ações espontâneas e intencionais de aproximação dos pensamentos e representações apresentadas pelas crianças e pelas professoras, a partir da experiência com o jogo Trilhas da Diversidade.

Deveríamos supor que a situação já se esboça com novos olhares para a perspectiva do trabalho doméstico e da igualdade entre homens e mulheres, e para uma quebra de normas e padrões em relação à educação de meninos e meninas. Contudo, como observamos nas falas das crianças e das professoras, ainda há uma discriminação real, persistente, comprovada nos pensamentos expostos por ambas, mesmo que nas conversas cotidianas pareça ser algo ultrapassado. Assim, são necessários alguns passos importantes em direção à conscientização sobre os direitos de igualdade entre as pessoas, em busca de um cotidiano sem discriminação por gênero, sem papéis definidos a priori biologicamente, construindo-se novas possibilidades de interação social.

Por meio dos episódios, conversas e brincadeiras, compreendemos a diversidade de identidades e papéis que crianças e docentes constroem e assumem. Pelo discurso, crianças e docentes compreendem-se e estabelecem entre si relações que incluem o confronto intercultural de classe, de gênero, de relações de poder, hierarquias e a afirmação de determinados saberes e fazeres em detrimento de outros.

Este trabalho instaurou diálogos, cenas, retratos e possibilidades a partir dos discursos, procurando configurar novos olhares, modos diferentes de pensar. Não se pretendeu sugerir às pessoas envolvidas no cotidiano escolar, e também não escolar, como devem ser, o que devem fazer, no que devem acreditar e pensar. A proposta foi problematizar outras maneiras de ser, fazer, acreditar e pensar. É preciso abrir novos espaços para que as pessoas possam fazer suas escolhas sem uma forma universal de sujeito e de existência. É urgente que façamos o exercício da escuta, da pergunta, do fazer e do dizer, e que não se considerem como definitivas as respostas encontradas.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, Debora Cristina de A construção social da infância: uma outra história. In: VII Congresso Nacional de Educação – EDUCERE, Curitiba. *Anais eletrônicos...* Curitiba, 2008. Disponível em: <http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/158_931.pdf>. Acesso em: fev. 2011.

BARBOSA, Carla A. V. B. *Dos corpos nascidos aos sexos construídos*: as representações de gênero das crianças em jardins-de-infância. 2007. 223 f. Dissertação (Mestrado)– Universidade do Minho, Instituto de Estudos da Criança. 2007.

BORDO, Susan. A feminista como o Outro. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v.8, 2000, p.10-29.

BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha. Trabalho doméstico: inatividade econômica ou trabalho não-remunerado? *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, São Paulo, v. 23, n. 2, p. 331-353, jul./dez. 2006.

_____. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 37, n. 132, p.537-572, set./dez. 2007.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão de identidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri. Infância, Pesquisa e Relatos Orais. In: FARIA, Ana L. G., DEMARTINI, Zeila B. F., PRADO, P. D. *Por uma cultura da infância: metodologia de pesquisa com crianças*. Campinas: Autores Associados, 2002.

FISCHER, Izaura Rufino; MARQUES, Fernanda. Gênero e exclusão social. *Fundação Joaquim Nabuco*: Trabalhos para discussão, n.113, agosto, 2001. Disponível em: <<http://periodicos.fundaj.gov.br/index.php/TPD/article/view-File/1382/1216>>. Acesso em: 05 Ago. 2009.

FLAX, Jane. Pós-modernismo e relações de gênero na teoria feminista. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. *Pós-modernismo e política*. Rio de Janeiro: Rocco, 1991. p.217-250.

FURLAN, Cássia Cristina; LESSA, Patrícia; PINTO, Layla Mariana Maiante. A invisibilidade do trabalho doméstico na história. In: *Simpósio Internacional de Educação Sexual - SIES*, Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2011. CD-ROM.

GOLDANI, Ana Maria. Famílias e gêneros: uma proposta para avaliar (des)igualdades. In: XII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Caxambu. *Anais eletrônicos...* Caxambu, 2000. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2000/Todos/gent2_1.pdf>. Acesso em: 01mai. 2012.

GRAF, Laila Priscila; DIOGO, Maria Fernanda; COUTINHO, Maria Chalfin. Sentidos do trabalho para mulheres em contextos urbano e rural. In: Fazendo gênero 9: Diásporas, diversidades, deslocamentos, Florianópolis. *Anais eletrônicos...* Florianópolis: UFSC, 2010. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1277578656_ARQUIVO_LaFeMaTrabalhocompletov6Final.pdf>. Acesso em: 04 jan. 2012.

HINTZ, Helena Centeno. Novos tempos, novas famílias? Da modernidade à pós-modernidade. *Pensando Famílias*, Porto Alegre, 2001, v.3, p.8-19.

IBGE. *Pesquisa Mensal de Emprego – PME*, Mulher no mercado de trabalho, mar.. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/Mulher_Mercado_Trabalho_Perg_Resp_2012.pdf>. Acesso em: jun. 2012.

LAURETIS, Teresa de. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 206-242.

LOURO, Guacira Lopes. *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000a.

_____. Sexualidade: lições de casa. In: MEYER, D. E. *Saúde e sexualidade na escola*. 2 ed. Porto Alegre: Mediação, 2006b. p. 85-96.

_____. Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, 2001, v.9, n.2, p.541-553.

_____. Currículo, gênero e sexualidade: o “normal”, o “diferente” e o “excêntrico”. In: LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre. *Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação*. 3. ed. Petrópolis: Vozes 2007a. p.41-52.

_____. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes, 2007b.

MADALOZZO, Regina. MARTINS, Sergio R. SHIRATORI, Ludmila. *Participação no mercado de trabalho e no trabalho doméstico: homens e mulheres têm condições iguais?*. Disponível em: <<http://madalozzo.ibmecsAzaléiadu.br/wp-content/uploads/2008/10/madalozzo-martins-e-shiratori-maio1.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2011.

NAVARRO-SWAIN, Tânia. Quem tem medo de Foucault? feminismo, corpo e sexualidade. In: PORTOCARRETO, Vera; CASTELO BRANCO, Guilherme (Org.). *Retratos de Foucault*. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2000. p. 138-158. Disponível em: <http://www.tanianavarrosvain.com.br/chapitres/bresil/quem_tem_medo_de_foucault.htm>. Acesso em: 03 mar. 2009.

PERROT, Michele. Outrora, em outro lugar. In: PERROT, Michele. *História da vida privada, 4: da Revolução Francesa à Primeira Guerra Mundial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

PETRINI, João Carlos; ALCÂNTARA, Miriã Alves Ramos de; MOREIRA, Lúcia Vaz de Campos. *Família na contemporaneidade: uma análise conceitual*. Disponível em: <http://www.humanaaventura.com.br/arquivos/file/Fam%C3%83%C2%ADlia_na_contemporaneidade.pdf>. Acesso em: 01 mai. 2012.

PINNELLI, Antonella. Gênero e família nos países desenvolvidos. In: PINNELLI, Antonella. *Gênero nos estudos de população*. Campinas: Associação Brasileira de Estudos Populacionais – ABEP, 2004. p.55-98. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/outraspub/Demographicas2/demographicas2artigo2_55a98.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2012.

RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. In: PEDRO, Joana Maria; GROSSI, Miriam Pillar. *Masculino, feminino, plural: gênero na interdisciplinaridade*. Florianópolis: Editora das Mulheres, 2000. p.21-41.

RAMOS, Laura; AGUAS, Marina F. F.; FURTA-DO, Luana M. S. (2011). Participação Feminina na força de trabalho metropolitano: o papel do status socioeconômico das famílias. *Economia Aplicada*, São Paulo, v.15, n.4, p.595-611, out./dez.

RELATÓRIO. (2011). *Projeto Brincadeiras com meninos e meninas de e na rua*. UEM.

ROUDINESCO, Elisabeth. *A família em desordem*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

SANTOS, Boaventura de Souza. *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2002a.

SILVA, Manuel Carlos. Desigualdades de gênero. *Configurações* [Online], Minho, 2008, v.4. Disponível em: <<http://configuracoes.revues.org/370>>. Acesso em: 02 jun. 2012.

SIMIONATO, Marlene A. W.; OLIVEIRA, Raquel G. Funções e transformações da família ao longo da história. In: I Encontro Paranaense de Psicologia... Maringá, 2003. Disponível em: <<http://www.abpHortensiaom.br/abppprnorte/pdf/a07Simionato03.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2011.

STRAUSS, C. Levi. A Família. In: STRAUSS, C. Levi et. al. *A Família – Origem e Evolução*. Rio Grande do Sul: Vila Martha, 1980. Disponível em: <http://www.bernardojablonski.com/pdfs/pos/a_familia.pdf>. Acesso em: 02 mai. 2012.

TORRÃO FILHO, Amílcar. Uma questão de gênero: onde o masculino e o feminino se cruzam. *Cadernos Pagu*, Campinas, v.24, p.127-152, jan./jun. 2005.

XAVIER, Antonio Roberto; GOMES, Luciana Kellen de Souza. Família e gênero: um estudo teórico e conceitual. In: III Seminário Nacional Gênero e Práticas Culturais: olhares diversos sobre a diferença, João Pessoa, 2011. *Anais eletrônicos...* João Pessoa. Disponível em: <<http://www.itaporanga.net/genero/3/07/20.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2012.

ZANARDO, Larissa; VALENTE, Maria. L. L. C. Família e gênero na contemporaneidade. *Revista de Psicologia da UNESP*, Assis, 2009, v.8, n.2, p.12-16.

Recebido em: 10/04/2013

Aceito em: 30/06/2013